



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



CONTRATO N°: 00048/2021-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA, ATRAVÉS DA **SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA- SEMOB** E **ECOPLAN CONTABILIDADE PUBLICA E SOFTWARES LTDA**, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a **SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA-SEMOB** de Santa Rita/PB, situada na Rua Juarez Távora, 93 - Centro - Santa Rita - PB, CNPJ n° 15.556.667/0001-42, neste ato representada pelo Superintendente **JOSÉ ALVES DE MORAIS**, CPF n° 109.068.934-87, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado **ECOPLAN CONTABILIDADE PUBLICA E SOFTWARES LTDA - R HORACIO NOBREGA**, 3003 - BELO HORIZONTE - PATOS - PB, CNPJ n° 05.905.065/0001-08, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da Inexigibilidade de Licitação n° **IN00005/2021**, processada nos termos da Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, as disposições contidas na Lei Federal n° 14.039, de 17 de agosto de 2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA- SEMOB DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB.**

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Inexigibilidade de Licitação n° **IN00005/2021** e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de **R\$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)**.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB	MÊS	12	4.000,00	48.000,00
<b>Total:</b>					48.000,00

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:**

Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da assinatura do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.



**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 02.013 - SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA- SEMOB  
**PROJETO ATIVIDADE:** 04.122.2102.2182 - COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO.  
**ELEMENTO DE DESPESA:** 3390.35 - Serviços de Consultoria  
3390.39 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
**FONTE DE RECURSO:** 001-Recurso Próprio

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:**

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

**a - Início: Imediato;**

**b - Conclusão: 12 (doze) meses.**

**A vigência do presente contrato será determinada: até 06/01/2022, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada nos termos do Art. 57, da Lei 8.666/93.**

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;**

**b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;**

**c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;**

**d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.**

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

**a - Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;**

**b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;**

**c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;**

**d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;**

**e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;**

**f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;**

**g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.**

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada

contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

14.1 A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, designamos para Gestor do presente contrato o Srº. **BRUNO DE FRANÇA SANTOS PESSOA**, portador(a) do CPF **102.907.754-18**, com lotação fixada na SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA-SEMOB do Município de Santa Rita - PB.

14.2 O fiscal do Contrato, o Srº **ALEX ALEXANDRE DOS SANTOS SILVA** portador(a) do CPF **031.592.654-63**, com lotação na SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA-SEMOB do Município de Santa Rita - PB, formalmente designado, e comprovadamente habilitado para gerenciar o presente termo, será o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as pertinentes aos encargos complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santa Rita.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Santa Rita - PB, 07 de Janeiro de 2021.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

**JOSÉ ALVES DE MORAIS**  
**109.068.934-87**  
Superintendente da SEMOB/SR

PELO CONTRATADO

**ECOPLAN CONTABILIDADE PÚBLICA E SOFTWARES LTDA**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA – SEMOB/SR

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00005/2021. DOTAÇÃO: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.013 – SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA. PROJETO ATIVIDADE: 04.122.2102.2182 – COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO. ELEMENTO DE DESPESA: 3390.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. 3390.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. FONTE DE RECURSO: 001 – RECURSOS PRÓPRIOS. VIGÊNCIA: até 06/01/2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Santa Rita, através da Superintendência de Mobilidade Urbana – SEMOB/SR e: CT Nº 00048/2021 - 07.01.21 - ECOPLAN CONTABILIDADE PUBLICA E SOFTWARES LTDA – Valor Mensal: R\$ 4.000,00; Valor Global R\$ 48.000,00.





PESSOA JURÍDICA. FONTE DE RECURSO: 001 – RECURSO PRÓPRIOS. VIGÊNCIA: até 06/01/2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Santa Rita, Através da Secretaria de Meio Ambiente e: CT Nº 00047/2021 - 07.01.21 - ECOPLAN CONTABILIDADE PUBLICA E SOFTWARES LTDA - Valor Mensal R\$ 2.000,00; Valor Global R\$ R\$ 24.000,00.

#### RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00005/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00005/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ACESSORIA CONTÁBIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: ECOPLAN CONTABILIDADE PUBLICA E SOFTWARES LTDA – Valor Mensal: R\$ 4.000,00; Valor Global R\$ 48.000,00.

Santa Rita - PB, 07 de Janeiro de 2021

JOSÉ ALVES DE MORAIS

Superintendente da SEMOB/SR

#### EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ACESSORIA CONTÁBIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00005/2021. DOTAÇÃO: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.013 – SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA. PROJETO ATIVIDADE: 04.122.2102.2182 – COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO. ELEMENTO DE DESPESA: 3390.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA. 3390.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. FONTE DE RECURSO: 001 – RECURSOS PRÓPRIOS. VIGÊNCIA: até 06/01/2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Santa Rita, através da Superintendência de Mobilidade Urbana – SEMOB/SR e: CT Nº 00048/2021 - 07.01.21 - ECOPLAN CONTABILIDADE PUBLICA E SOFTWARES LTDA – Valor Mensal: R\$ 4.000,00; Valor Global R\$ 48.000,00.

#### RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00007/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00007/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA À ADMINISTRAÇÃO

DIRETA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB COM VISTAS AO ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUNTO AO TCE/PB E TCU; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: RODRIGO MAIA ADVOCACIA - R\$ 108.000,00.

Santa Rita - PB, 14 de Janeiro de 2021

EMERSON FERNANDES A. PANTA

Prefeito

#### EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA À ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB COM VISTAS AO ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JUNTO AO TCE/PB E TCU. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00007/2021. VIGÊNCIA: até 14/01/2022. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA e: CT Nº 00050/2021 - 14.01.21 - RODRIGO MAIA ADVOCACIA - R\$ 108.000,00.

#### Instituto de Previdência do Município IPREV-SR

#### PORTARIA Nº 013/2021

Dispõe sobre concessão de aposentadoria e adota outras providências.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA-PB, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 15/2018, e em consonância com o Parecer Jurídico nº 162/2019, emitido nos autos do Processo nº 3581494301/2019,

#### RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO do (a) servidor (a) Sr. (a) EDINALVA MARIA DA SILVA, ocupante do cargo de SUPERVISOR PEDAGÓGICO (Zona Rural), matriculado (a) sob o nº. 0008204, com lotação na Secretária Municipal de Educação deste Município, pela regra do art. 6º, incisos I, II, III e IV da EC nº. 41/2003 c/c art. 40, § 5º da CF/88 c/c art. 30, incisos I, II e III, § 1º da Lei Municipal nº 1.298/2007, vigente à época do requerimento.

Publique-se,  
Dê-se ciência.

Santa Rita, 03 de Fevereiro de 2021.

THÁCIO DA SILVA GOMES  
Superintendente – IPREV/SR

#### PORTARIA Nº 014/2021